

AS MUDANÇAS FONÉTICAS E SOCIAIS EM EVIDÊNCIA: O NOVO FALAR CARIOCA

Emanuelle da Fonseca Mercadante (UFRJ/SIMONSEN)
manumerc23@hotmail.com

Não há como impor um limite entre o certo e o errado quando falamos de língua, pois assim como a mesma sua formação é feita por homens que também são vivos. Por isso, este trabalho tem como objetivo investigar uma nova tendência que vem surgindo na capital do Rio de Janeiro: o desaparecimento da consoante oclusiva *d* quando esta antecede a consoante *n*, como por exemplo, na frase “ele está pagano”.

Uma das coisas que mais chamou a atenção durante o trabalho de campo realizado na capital do Rio de Janeiro, com oitenta falantes, foi que vinte por cento destes falantes estão cursando ou cursaram uma graduação e até mesmo fazem ou fizeram uma pós-graduação. Nenhum dos mesmos possuía mestrado, doutorado e a faixa etária ficou entre treze e sessenta anos. Foi pedido para que estes falantes repetissem algumas frases, todas envolvendo palavras com a letra *d* antes do *n*, assim, de uma forma natural, os oitenta por cento a omitiram.

Após essa pesquisa concluiu-se que há, de fato, um caso de barbarismo linguístico contemporâneo na cidade do Rio de Janeiro, mas que desta vez não se trata apenas dos *falantes de baixa escolaridade*, como assim são chamados e muitas vezes pejorativamente por um grupo que adota somente a Gramática Normativa e até mesmo os próprios linguistas.

Convencionou-se chamar esse novo fenômeno linguístico de barbarismo regionalismo, cacete, cacofonia e cacologia, de acordo com Mattoso Câmara. Após estas primeiras constatações do trabalho, pensou-se logo em como delimitar fenômenos linguísticos como este e por seguinte, pensou-se em preconceito linguístico.

Marcos Bagno, autor do livro *O Preconceito Linguístico: o que é e como se faz*, trata deste tipo de fenômeno linguístico como forma natural, ou seja, como parte do processo evolutivo da língua

viva, onde relata o autor: “Parece haver cada vez mais, nos dias de hoje, uma forte tendência a lutar contra as mais variadas formas de preconceito, a mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que são apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica. Infelizmente, porém, essa tendência não tem atingido um tipo de preconceito muito comum na sociedade brasileira: o preconceito linguístico. Muito pelo contrário, o que vemos é esse preconceito ser alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é ‘certo’ e o que é ‘errado’, sem falar é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos.”

A língua constitui, sem dúvida possível, o mais importante traço da cultura; nada ganha, porém, em isolar-se dos demais. Pelo contrário, o seu verdadeiro realce só se nota no confronto com os outros elementos que, reunidos, vem a ser a complexa teia da vida.

A distinção entre *linguística estática* e *linguística histórica* estava na base mesma dos estudos neogramáticos, embora essa dualidade somente em 1885 tivesse sido elaborada em conceitos científicos pelo filósofo tcheco Masaryc, no seu aplaudido livro *Versuch einer konkreten logik*. Contudo, a Saussure devemos não só o aprofundamento da posição teórica como a aplicação linguística.

É preciso levar em conta, porém, que tanto a sincronia como a diacronia são, no pensamento de Saussure, pontos de vista em que se pode colocar o investigador. Provocou, sempre, acessas polêmicas e vivos debates no meio primado que Saussure concede à sincronia em fase da diacronia.

A história das palavras é parte integrante e inseparável da história da cultura, pois os fenômenos linguísticos obedecem a um complexo de fatores que se casam e entrecruzam. A evolução é complexa e melindrosa relacionada com vários acidentes, cruzadas, recruzadas, entrecruzadas – porque não representa a evolução de uma coisa feita e acabada, mas a vicissitudes de uma atividade em perpétuo movimento. O que vale dizer, história da língua como história dos homens que a falam.

Os cursos de Letras não podem distrair-se com um conteúdo programático que leve tão somente ao aprendizado da língua nacional, objetivo assegurado por sua própria natureza, disciplina integradora que é a do currículo. Urge é o que se façam estudos e pesquisas, e se estabeleçam tarefas fora dos quadros de rotina.

A matéria é complexa, envolve uma política da língua portuguesa no país e no exterior. Procura o Brasil, aliás, estudar o idioma nos termos mais modernos e que envolvem uma perspectiva comunitária, na realidade, o estudo gramatical e acentuadamente purista, como pesquisa, pertence a um capítulo da história da língua.

A respeito da nova orientação, basta lembrar dos debates e as conclusões do *Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada* (S. Paulo, 1947) e do *Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro* (Salvador, 1956), o qual retoma a tese do anterior, porque há um ponto comum e fundamental: o tratamento da língua falada. E se a procura era o estabelecimento da norma culta, da língua-padrão, esta mesma procura envolveria os diversos níveis de linguagens, familiar, popular, chegando-se até aos falares. Problemas dessa natureza, que atingem a fonologia, a entonação da língua e outros fenômenos, levaram os especialistas nacionais e estrangeiros a propor uma reunião específica, que se concretizou com a realização do *Primeiro Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia* (Porto Alegre, 1958), cujos *Anais* aguardam a publicação na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

As técnicas, os métodos foram amplamente debatidos e carreados os exemplos do levantamento para atlas linguísticos, regionais ou nacionais, em elaboração na Europa. Ainda no *Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, realizados na Universidade de Coimbra, em setembro de 1963, debateu-se, em sessão plenária, a necessidade de reunir os "dados que interessam à documentação dos falares de todas as áreas compreendidas no domínio da língua portuguesa. Inúmeras são as línguas faladas no mundo. Poucas, entretanto, as que crescem em prestígio cultural, ampliam a sua área geográfica e o número de falantes como a Língua Portuguesa.

Além da tradição lusa, cumpre lembrar que a literatura brasileira acompanha o crescimento explosivo do próprio país e já conta com uma poesia e uma prosa de ficção do mundo contemporâneo, ou

seja, o Português conquista dia a dia um lugar entre as grandes línguas da civilização.

Qual é ou qual deve ser o critério de certeza na linguagem? Para respondermos a esta pergunta razoabilíssima, de acordo com a verdade, postergaremos, por infundados, os critérios propostos através dos tempos, *a lógica, a autoridade dos escritores e a autoridade dos gramáticos e filólogos* para seguir e encarecer o critério do *uso*. Se isto não é novidade, é-o, todavia, a distinção real, necessária, entre o *uso oral* e o *uso escrito*. A finalidade da linguagem numa e noutra não é a mesma, e o não distingui-la é continuar na incoerência e insolubilidade do problema.

Charles Bally, famoso linguista suíço, afirma claramente:

Não se pode responder com segurança às perguntas o que é, correto na linguagem e o que é incorreto na linguagem – sem enquadrarmos tais perguntas dentro da linguagem falada ou da linguagem escrita, pois ambas não são semelhantes, não têm a mesma razão de ser, nem as mesmas condições de existência.

A linguagem falada é instrumento de intercâmbio humano, é um meio de comunicar e de receber ideias e sentimentos, os quais são nossas necessidades ou giram em volta de interesses da vida.

Essa comunicação e recepção de ideias e sentimentos é uma troca que exige mútua compreensão, e, para que se alcance este objetivo, é *mister* que a fala de um seja a mesma que a de outro. Quanto maior for a clareza do locutor, como também quanto maior for a potência receptiva do ouvinte (potência intelectual etc.), tanto maior será a facilidade das relações sociais.

Sim; é frequente a clareza do locutor não o ser para o ouvinte, porquanto não é possível estabelecer uma equação perfeita entre dois espíritos, os quais dependem da índole, inteligência, instrução, educação, sensibilidade, etc. Assim se descobre que existem graus de compreensibilidade. A conversação é um verdadeiro duelo, e, no embate de ideias e sentimentos, cada qual deve defender ou atacar, segundo se agitam os seus interesses, as suas necessidades.

Dirão que tal conceito é utilitarista. Não o contradizendo, mas confirmando-o, eu acrescentarei que isso emerge da vida, da realidade da vida.

Do que se expõe, decorre que as relações sociais são facilitadas, na razão direta, pela clareza da linguagem, e, ao contrário, se dificultam, também na razão direta, pela obscuridade.

Assim, visto como a linguagem obtém sua eficácia na facilidade, das relações sociais, *o claro é o que é correto*, e, inversamente, se a linguagem não for eficaz ou a sua eficácia for insignificante, então teremos o obscuro, e *o obscuro é o que é incorreto*. Em outras palavras – quanto maior for a clareza, tanto maior será a correção, e quanto maior for a obscuridade, tanto maior será a incorreção. Deduz-se daí que a clareza se identifica com a correção, e a obscuridade com a incorreção.

Como em tudo na vida sujeito à lei da ação-reação, para quem comete o obscuro-incorreto, existe penalidade, sanção, a qual consiste justamente no prejuízo, dano ou embaraço contra os próprios interesses do falante ou contra os de outrem.

Os casos em que o indivíduo fala obscuro propositadamente devem ser considerados também como defesa de seus interesses, porém não é da alçada da linguagem, senão da moral, o julgar se esses e outros interesses são justos ou injustos.

Quer dizer, então, que o indivíduo pode falar como quer, contanto que satisfaça a clareza? sim, de fato, o indivíduo pode falar como quer, contanto que satisfaça a clareza. Esta afirmação, nada obstante, é teórica, e só se manifesta na prática no meio inculto. As pessoas incultas ou os analfabetos não se preocupam com a sua manifestação linguística, mas pode chamar-lhes a atenção a compreensibilidade ou a incompreensibilidade.

Vejamos agora o conceito da correção na linguagem oral, no meio culto ou, melhor, entre as pessoas cultas.

Dos indivíduos incultos não se espera o desejo de querer falar à vontade, e voluntariosamente, já o mesmo não sucede entre pessoas cultas, que, senhores mais soberanos do raciocínio e da palavra, pretendem falar à vontade, é, voluntariosamente. Mas isto é inútil, porque lá e cá o indivíduo sozinho nada ou quase nada pode fazer perante a coerção social, que se exerce também na linguagem. Isto quer dizer que o indivíduo é como que arrastado dentro da coletividade

em que vive. Poderá ele impor um plural diferente do de seu meio social? Poderá mudar o gênero das palavras?

Empregar uma concordância por outra? Uma regência por outra?

Certo, tem liberdade, consciente como o tem inconsciente o indivíduo inculto, e, portanto, pode falar como quer, mas como vive no meio culto, entre cultos, o indivíduo fica isolado por causa dessa expressão ou de outras, e é este insulamento o incorreto, o erro, e, em vista do quê, sofre uma não menor sanção que é o ridículo.

Assim, em qualquer meio culto que se conviva, é forçoso adaptar a nossa fala à do novo ambiente. Do contrário, como se viu, ficar-se-á isolado e o isolado é incorreto. Se todos dizem – *projétil, o chaminé, cidades, me diga* etc. Quem disser diferentemente, mesmo que seja claro, mesmo que se espelhe na tradição gramatical, terá cometido erro por insulamento.

Conclui-se daí que a razão do correto se assenta no *máximo número*, e o *correto* pode ser assim definido, *é o que, além de claro, está em conformidade com a isoglossa*. A isoglossa é uma área geosocial mais ou menos delimitada, em que a linguagem está em relativa uniformidade.

O *incorreto*, portanto, será o desvio ou o insulamento dentro da área isoglótica. É verdade que, em muitos casos, é difícil descobrir o máximo número de uma coletividade, em vista do choque fatal sempre existente, entre a linguagem oral e a modalidade escrita (expressões literárias, técnicas etc.).

A uniformidade linguística absoluta é um mito, não só dentro de uma coletividade, mas também considerada no próprio indivíduo, visto a linguagem depender de circunstâncias internas e externas.

Mas, no meio culto, além do desvio propriamente linguístico da maioria, há a considerar os lados ético e estético, os quais não podem, nem devem ser postergados, uma vez que integram a vida como ela é.

O emprego de expressões do patoá, evocando o meio social do caboclo, meio inferior, naturalmente ou convencionalmente, é outra sujeição ao ridículo.

O indivíduo é culto ou fala como pessoa culta, mas vem empregar expressões caipiras, expressões que não condizem com a sua isoglossa, fica, em consequência, isolado e objeto de curiosidade que se resume no ridículo.

O indivíduo é culto ou fala como pessoa culta, mas vem a usar expressões da gíria, expressões que também não condizem com o seu meio social, está igualmente isolado e vítima do ridículo.

O indivíduo é culto ou fala como pessoa culta, mas vem a usar expressões peculiares à linguagem literária, tornando-se destarte pretensiosa a sua fala, do mesmo modo se afasta da sua área isoglótica, e sofre, conseqüentemente, a mesma penalidade.

Só se salvará, se a expressão for de tal modo difundida (máximo número) que se torne patrimônio da isoglossa. Só isto, diminui a evocação dos meios sociais inferiores – patoá é gíria. Sirva de ilustração o exemplo *farol* (*Jazera farol* etc.), que provém do âmbito da jogatina, mas cuja irradiação, na linguagem comum culta, empalideceu muito sensivelmente a evocação do seu triste meio.

Na morfologia: *ladra: ladrona; casão: casona: casarão; livrozinho: livrinho; mulherzinha: mulherzita: mulherina* etc. Na sintaxe: *diga-me: me diga; comecei a fazer: comecei de fazer; está chegando: está chegar* etc.

Estas variações caracterizam o estado linguístico, cuja natureza é a reversibilidade - faculdade que têm os fenômenos linguísticos de voltar à fase anterior, sem prejuízo da intercompreensão.

Mais, por outro lado, cada variação de pronúncia, por infinitesimal que seja, corresponde a estado psíquico diferente, porém cujo estado pode não causar divergência na significação.

Passando-se da variação fonética para a morfológica e sintática, então a diferenciação se torna mais concreta. Entre p. ex., *ladra* e *ladrona*, que, momentaneamente, podem ser sinônimos perfeitos, há, contudo, sensível divergência. O primeiro faz parte do meio social culto, e do popular o segundo.

Às vezes é difícil, concretizar divergências entre exemplares como *livrozinho* e *livrinho*; entrevê-se, todavia, a forma popular em *livrinho*.

Já o mestre João Ribeiro afirmava que a sintaxe *diga-me* é uma ordem, ao passo que *me diga* é um pedido.

Nem todos os desvios da linguagem oral devem estar sujeitos ao mesmo critério de julgamento, mas também não e poderia apresentar um quadro sistemático, senão aproximativamente, daqueles que mais chamam a atenção, dos desvios que imediatamente produzem uma reação da parte das pessoas cultas, como é o caso desde trabalho representando o novo falar do centro urbano do Rio de Janeiro. Assim, a atualidade e o uso local são, por tanto, as únicas realidades em que se deve considerar o máximo número, base do correto e, decorrentemente, do incorreto. Com isto, é claro, defendesse também o regionalismo.

De tudo com isso se conclui: não há uniformidade na linguagem, por tanto, a autoridade dos escritores por servir de critério da correção para a própria linguagem literária, mas sempre ressalvando o estilo do escritor ou a sua idiosincrasia, e de modo algum pretendendo servi de critério para a linguagem falada.

Acerca da autoridade dos gramáticos e filólogos foram apresentados os fatos ou lições de vernaculidade, apresentando-os de modo sintético e metódico, o seu critério é, em ultima análise, o mesmo da autoridade dos escritores.

Recapitulando e concluindo: existem duas linguagem de finalidades diferentes:

- 1° linguagem falada e escrita; portanto, há dois usos.
- 2° nesses usos é que se deve assentar o critério da correção.
- 3° na linguagem oral das pessoas incultas, o correta é o que claro, e o incorreto é o que obscuro.
- 4° na linguagem falada das pessoas cultas, o correto é o que, além de claro, satisfaz o máximo numero do meio geofísico e social a onde vive, essa pessoas cultas
- 5° na linguagem literária, e correto o que atende ao uso tradicional da mesma, e incorreto o desvio da tradição. Porem, admitindo incorreções, segundo o critério tradicional como fatos estilísticos.

São indiferentes aos indivíduos os fenômenos linguísticos do passado e os de outra ou outras áreas isoglóticas.

Que importa à atualidade que outrora se dizia *fôrtça*, em vez de *fôrça*; *dgear*, em vez de *gear*; *queente*, em vez de *quente*; *físico*, ao invés de *médico*; *desejar de fazer*, ao invés de *desejar fazer* etc.?

Que importa à isoglossa de Curitiba, se na isoglossa de São Paulo ou na do Rio as palavras tais são pronunciadas desse ou daquele jeito? O que lá pronunciam é correto, como correto é o que pronunciamos aqui.

Dessa maneira os estudos linguísticos encontravam o seu verdadeiro e adequado lugar como parte integrante da história da cultura: da cultura, como um todo que abrange desde as manifestações transmitidas apenas oralmente, até as mais altas criações do gênio humano.

Por isso foi com muita oportunidade que o Prof. Gerhard Rohlfs escreveu, as seguintes palavras:

A filologia não deve apenas proporcionar ciência morta, mais deve, além disso, em primeiro lugar, aprofundar a nossa vista na cultura dos povos. O que a Filologia hoje precisa é de um aprofundamento da psicologia dos povos, da etnografia e do folclore comparado(...) por isso considero como a tarefa mais alta do Professor universitário, não, expor perante os seus alunos todo o material da ciência até aos mais pequenos pormenores, mas estabelecer uma ponte entre a ciência e a vida.

Quanto a cerca da filologia do século XXI devemos estar longe dos tempos em que a fonética histórica se comprazia em formulas e mais formulas.

A língua é de certo o maior de todos os bens que a tradição nos lega; mas nem é o único, nem – prescinde do auxílio dos demais; está intimamente entrosada com a Sociedade, com o Folclore e, com a Literatura, com a ergologia e, em suma, com tudo aquilo que constitui a complexa teia da vida.

Como bem observou Porzig, os fenômenos linguísticos valiam para os positivistas como *fatos*; mas valem para os novos filólogos, porque, além de serem *fatos*, têm uma significação, um conteúdo semântico. Onde os neogramáticos só viam carne e ossos, nós vemos carne, ossos e Espírito.

Não se sabe quando começou a “rivalidade” entre os linguistas e os chamados gramáticos tradicionais, mas sabe-se que o profes-

sor Rocha Lima, por exemplo, detinha em sua gramática normativa toda fundamentação linguística e há de certo, uma aceitação da gramática descritiva em alguns âmbitos. Não há imposição do conceito de certo ou errado em sua gramática, o autor apenas classifica a gramática normativa e fala sobre suas divisões de forma coesa e brilhante.

A língua é um sistema: um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens (...). Do equilíbrio de duas tendências resulta sua estabilidade pelos tempos fora: de um lado, a diferenciação, força natural, espontânea, desagregadora; de outro, a unificação, força coercitiva, disciplinante e conservadora.

Rocha Lima nos dá a definição acerca da gramática normativa: “(...) tem por finalidade codificar o ‘uso idiomático’, dele induzindo, por classificação e sistematização as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta”.

Por fim, o autor afirma que as regras da gramática normativa são fundamentadas nas obras dos grandes escritores, que procuram na linguagem o ideal de perfeição, por nela se espelharem o que o seu uso idiomático estabilizou e consagrou. Excetuam-se, porém, os regionalistas típicos e os experimentalistas de todos os matizes. Estes, apreciam o âmbito da estética literária, mas não se prestam a abonar fatos da língua comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *O preconceito linguístico*. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CAMARA, Mattoso Jr. *Dicionário de linguística e gramática*. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 41. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

LEODEGÁRIO, Azevedo Filho. *Estudos filológicos – homenagem a Serafim da Silva Neto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

SILVA NETO, Serafim da. *Língua, cultura e civilização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.